

Luma Mirely de Souza Brandão
(Organizadora)

Políticas públicas

para ciência, tecnologia e inovação 3



Luma Mirely de Souza Brandão
(Organizadora)

Políticas públicas

para ciência, tecnologia e inovação 3



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Luma Mirely de Souza Brandão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação 3 /
Organizadora Luma Mirely de Souza Brandão. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0493-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.934220809>

1. Política pública. 2. Ciência. 3. Tecnologia. 4.
Inovação. I. Brandão, Luma Mirely de Souza (Organizadora).
II. Título.

CDD 338.5

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coleção “Organização Políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação” é um e-book que apresenta estudos que abordam acerca de temas relevantes para os indivíduos, para ciência e para sociedade. Este volume dispõe de capítulos que apresentam estudos interdisciplinares que versam, principalmente, acerca da garantia e da efetivação dos direitos e de benefícios para sociedade.

Essa obra apresenta de forma clara e objetiva estudos teóricos e práticos, como revisões bibliográficas, estudos de casos e estudos documentais, desenvolvidos por docentes e discentes de instituições nacionais e internacionais. Os artigos tratam acerca de problemáticas que precisam ser amplamente discutidas, como propriedade intelectual e apropriação cultural, negritude e ciência, lutas dos movimentos de mulheres e movimentos negros e formação continuada de professores, bem como sobre a capacitação de trabalhadores para práticas seguras.

Temáticas importantes para sociedade são, então, debatidas nesse e-book de forma crítica e didática, trazemos discussões necessárias e contribuindo para o conhecimento fundamentado e aprofundado para professores, acadêmicos, pesquisadores e sociedade em geral. Dispor de uma obra que apresenta estudos embasados, com problemáticas que precisam ser debatidas e com soluções para sociedade, é, sem dúvidas, relevante.

Desta maneira, os artigos desse e-book apresentam discussões acerca de problemas sociais que precisam ser refletidos, repensados e modificados. Nessa perspectiva, a implementação de políticas públicas é uma alternativa relevante para resolver esses problemas, assegurando e efetivando os direitos, que estão previstos nas legislações.

Luma Mirely de Souza Brandão

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA EM ANALISAR A PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E A APROPRIAÇÃO CULTURAL DE MARCAS AFRICANAS	
Izabel Vitorino de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9342208091	
CAPÍTULO 2	14
NEGRITUDE E CIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DE PESQUISADORES NEGROS E PESQUISADORAS NEGRAS E DESAFIOS PARA A LICENCIATURA EM QUÍMICA	
Tânia Mara Vieira Sampaio	
João Paulo dos Santos Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9342208092	
CAPÍTULO 3	30
POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO EM ANGOLA (2001-2020)	
Sónia Quimbamba	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9342208093	
CAPÍTULO 4	42
CAPACITAÇÃO DOS PRODUTORES DE QUEIJOS ARTESANAIS NA REGIÃO NORTE DO PARANÁ	
Jaqueline Manoelle da Silva	
Paula Mirelly Sampaio Ozorio	
Marina Levorato de Moraes	
Marly Sayuri Katsuda	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9342208094	
SOBRE A ORGANIZADORA	49
ÍNDICE REMISSIVO	50

CAPÍTULO 3

POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO EM ANGOLA (2001-2020)

Data de aceite: 01/09/2022

Sónia Quimbamba

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

RESUMO: Este artigo teve como objetivo estudar as políticas de formação contínua de professores do ensino primário em Angola entre 2001 e 2020, com enfoque nas medidas levadas a cabo pelo sistema educativo, procurando identificar os referenciais das políticas públicas que estiveram subjacentes às inúmeras mudanças ocorridas durante este período. Para conduzir este estudo optou-se por desenvolver uma pesquisa de natureza qualitativa fundamentada no paradigma fenomenológico-interpretativo. Tendo em conta os objetivos propostos para este estudo, partiu-se de uma pesquisa arquivística/documental onde foi feita a análise cuidada de documentos oficiais, públicos e privados. Paralelamente, foram realizadas entrevistas que de modo geral representaram as técnicas utilizadas em uma investigação naturalista. Os dados mostraram que, no período em análise, foram desenvolvidas diversas medidas que visaram a formação contínua de professores do ensino primário pela iniciativa do Ministério da Educação e também evidenciou como as políticas educativas que visaram a formação de professores são construídas por múltiplos atores para além do Estado, nomeadamente as Instituições Internacionais e Organizações não Governamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Política pública, formação contínua, profissionalidade docente.

ABSTRACT: This document aims to study the policies of in-service training of primary school teachers in Angola between 2001 and 2020, focusing on the measures taken by the education system, seeking to identify the public policy frameworks that have underpinned the many changes that have occurred during this period. To conduct this research, we have chosen to develop qualitative research based on the phenomenological-interpretative paradigm. Given the proposed objectives for this research, the study began with archival/documentary research where a careful analysis of official, public, and private documents was carried out. In parallel, interviews were conducted, which generally represent the techniques used in a naturalistic survey. The data showed that, during the period analysed, several measures aimed at the in-service training of primary school teachers were developed at the initiative of the Ministry of Education and also showed how educational policies aimed at teacher training are built by multiple actors beyond the State, namely with international institutions and non-governmental organizations.

KEYWORDS: Public policy, in-service training, teacher professionalism.

INTRODUÇÃO

A formação contínua de professores é uma temática que tem marcado o discurso e a agenda das políticas educativas a nível mundial

e na atualidade. Nesta perspetiva a formação contínua de professores é um mecanismo de permanente capacitação reflexiva em face às múltiplas exigências/desafios que a ciência, a tecnologia e o mundo do trabalho colocam (Ferreira, 2003). Assim os professores são as pedras chave da educação contemporânea e são ao mesmo tempo objetos e sujeitos da formação (Nóvoa, 2001).

O presente artigo incide sobre o estudo das políticas de formação contínua de professores do ensino primário em Angola entre os anos de 2001-2020 com o objetivo de compreender o processo de formulação e legitimação das políticas de formação contínua tendo como foco as Reformas Educativas ocorridas a partir do ano de 2001.

O artigo apresenta-se organizado e estruturado em 5 pontos. No primeiro ponto far-se-á uma breve descrição histórica da formação de professores em Angola. No segundo ponto aborda às medidas legislativas e normativas da formação de professores com enfoque na formação contínua de professores do ensino primário entre 2001 e 2020 e o quadro-síntese dos programas, planos e projetos concebidos e materializados no período em análise. No terceiro ponto debruçar-se-á sobre opções metodológicas definidas no processo heurístico deste estudo. No quarto ponto apresentar-se-á discussão e a interpretação dos dados obtidos em função dos dois eixos de análise que são complementares e inter-relacionados à temática e no último ponto as considerações finais do estudo.

UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM ANGOLA - PERSPETIVA HISTÓRICA

No período pós-independência foi definido a Resolução sobre os Princípios de Base para Reformulação do Sistema de Educação e Ensino. Com base neste instrumento legal em 1978 foi implementado o primeiro Sistema de Educação e Ensino (SEE). Este sistema definiu a educação como um direito para todos os cidadãos, priorizando "(...) a igualdade de oportunidades no acesso e continuação dos estudos, a gratuidade do ensino em todos os níveis e o aperfeiçoamento constante do pessoal docente" (INIDE, 2013, p.4). Este sistema apresentava uma estrutura com 3 Subsistemas de Ensino, designadamente: Subsistema de Ensino de Base Geral, Subsistema do Ensino Técnico-Profissional e o Subsistema de Ensino Superior (Eduardo, 2019).

A Estrutura de Formação de Professores estava inserida no Subsistema do Ensino Técnico-profissional, e "tinha como objetivo assegurar o desenvolvimento do Sistema de Educação e Ensino ao nível básico, médio e profissional" (Zau, 2005 p.457). Esta estrutura estava dividida em dois regimes: o Regime Regular e o Regime Não-Regular.

O Regime Regular tinha a finalidade de preparar professores para exercerem a atividade docente no ensino de base: Iº nível (pré-escolar, 1.ª a 4.ª classes), IIº nível (5.ª a 6.ª classes), IIIº nível (7.ª, 8.ª e 9.ª classes) e uma ou duas disciplinas da respetiva especialização (Zau, 2005). Esta formação dos professores era realizada nos Institutos

Normais de Educação (INE) desde 1977, que mais tarde nos anos 90 foram nomeados por Institutos Médios Normais (IMN) (Ministério da Educação e Cultura, 2001).

Os IMN estavam localizados em 14 províncias de Angola, porém a partir dos anos 90 expandiu-se para as 18 províncias do país, viabilizando o acesso direto de candidatos à universidade. Existia também o Instituto Normal de Educação Física que formava professores de Educação Física e estava localizado em Luanda.

A formação nos IMN era inicial e regular e tinha a duração de 4 anos letivos. As componentes de formação eram acadêmicas e pedagógicas e o estatuto do formando era de aluno ou trabalhador (Zau, 2005). A formação era ministrada pelos professores do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) e estes professores eram maioritariamente estrangeiros. Os currículos praticados nos IMN não contemplavam a formação de professores para todas as disciplinas análogas aos currículos do Ensino de Base. No que tange à formação oferecida aos alunos, eram repetitivos e fragmentados. Segundo consta no Currículo de Formação de Professores “(...) a maioria dos professores que lecionavam nos IMN não tinham perfil adequado, ou melhor, não tinham formação com agregação pedagógica...” (INIDE, 2013, p.9).

Já o Regime Não-Regular a organização era numa perspectiva de curto e médio prazo. Um ano antes da sua criação em 1977, já eram ministrados os Cursos de Formação Acelerada de professores (CFA) que consistiam na formação inicial do profissional docente. Estes cursos (CFA) foram introduzidos no regime não regular, juntamente com os novos cursos relativos à formação contínua, designadamente, o Curso de Superação Permanente e o Curso de Requalificação (Angola, 2005).

De acordo com Zau (2005) verificou-se que o sistema de educação e ensino em 1978 contava com um contingente de 25 mil professores heterogeneamente distribuídos pelo país, sendo que para 1.026.291 crianças matriculadas assimetricamente distribuídas por 15 das 18 províncias de Angola correspondia a um professor para 41 alunos.

Em 1993 foi realizado o Exame Sectorial da Educação desenvolvido pelo Governo de Angola com o apoio da UNESCO e da UNICEF e foi apurado que os modelos de formação de professores praticados pelos Institutos Normais de Educação (INE), eram excessivamente rígidos e uniformizados (Ministério da Educação e Cultura, 2001). Neste sentido os resultados obtidos no exame sectorial apontaram a necessidade de transformar a formação de professores em cursos eficazes e com qualidade.

Contudo, a partir de setembro de 2001, o Governo aprovou diferentes instrumentos normativos e de orientação para a formação inicial e a formação em serviço (contínua) de professores e de outros agentes da educação, designadamente a “Estratégica Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação” para o período de 2001-2015, o Estatuto do Subsistema de Formação de Professores (ESFP), o Programa de Formação e Gestão do Pessoal Docente e entre outros, com o objetivo de responder e assegurar as necessidades e as recomendações nacionais e internacionais.

MEDIDAS LEGISLATIVAS E NORMATIVAS DA FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES EM ANGOLA (2001-2020)

Para a identificação e a análise das medidas legislativas e normativas da formação contínua de Professores em Angola realizou-se um trabalho de triagem documental que culminou no agrupamento de documentos relevantes ao estudo. O corpus documental incluiu a legislação, estratégias, relatórios, projetos e planos de ação com enfoque na formação contínua de professores do ensino primário tendo como base os objetivos: Compreender o processo de formulação e legitimação das políticas de formação contínua para os professores do ensino primário em Angola e compreender como são organizadas e desenvolvidas as políticas de formação contínua de professores do ensino primário entre os anos de 2001-2020.

Numa primeira instância procedeu-se a análise da LBSE N°13/01 que nos termos do artigo n° 26° consagra o Subsistema de Formação de Professores como Subsistema que “consiste em formar docentes para a educação pré-escolar e para o ensino geral, nomeadamente a educação regular, a educação de adultos e a educação especial” (LBSE N°13/01, 2001).

Quanto a formação contínua de professores, no artigo 27° constava na alínea c) “desenvolver ações de permanente atualização e aperfeiçoamento dos agentes de educação” e no artigo 30° sobre o ensino superior pedagógico no ponto 2 constava que este ensino “destina-se também à agregação pedagógica para os professores dos diferentes subsistemas e níveis de ensino, provenientes de instituições não vocacionadas para a docência” (LBSE N°13/01, 2001).

Ao proceder a análise do Decreto Presidencial n°109/11, no qual foi aprovado o Estatuto do Subsistema de Formação de Professores (ESFP), foi possível constatar que nos termos do artigo 2°, define a formação contínua como “um conjunto de ações e procedimentos intencionalmente organizados e creditados, levados a cabo pelos Magistérios Primários e as Escolas de Formação de Professores, que visavam apoiar e melhorar a prática pedagógica dos professores e agentes de educação. No artigo 5° a alínea c) definiu os seguintes objetivos específicos, “Organizar ações de formação contínua e a distância, visando a atualização de conhecimentos em matéria (...) e de gestão escolar e a reconversão profissional dos agentes de educação”. No artigo 11° decretou que “os Magistérios Primários podem ainda realizar ações de formação contínua e de ensino a distância, destinada aos professores e agentes de educação da Classe de Iniciação e do Ensino Primário...”. No artigo 16°, estabeleceu que “as ações de formação contínua dos professores do ensino primário e do I Ciclo do Ensino Secundário realizar-se-iam nas Escolas de Formação de Professores, enquanto Centros de Formação Pedagógica, ...” (Decreto Presidencial n°109/11, 2011).

Na sequência, foi analisada a Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino n°

17/16 de 7 de outubro de 2016, que foi revogada pela LBSE nº 13/01 de 31 de dezembro de 2001. No âmbito da formação contínua de professores houve as seguintes mutações nos objetivos gerais do Subsistema de formação de professores, o que era antes da revogação contemplado no artigo 27º na alínea c) passa a ser descrito no artigo 44º a alínea e) e foi acrescentada a alínea f) “promover ações de agregação pedagógica destinadas aos indivíduos com formação em diversas áreas de conhecimento para o exercício do serviço docente”. Foi também acrescentado o artigo 47º que no ponto 3 consta que a formação contínua de professores é assegurada predominantemente pelos Centros de Formação de Professores ou por instituições de ensino, autorizadas para o efeito” e o artigo 50º refere no ponto 5 que a profissionalização para docência pode ser ao longo da formação superior por intermédio de ações específicas de agregação pedagógica (Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino nº 17/16, 2016).

Em seguida, foi analisado o Programa Nacional de Formação do Pessoal Docente, aprovado em 3 de setembro de 2018 pelo Decreto Presidencial nº205/18, que nos termos da alínea A.6 conta com os seguintes objetivos e medidas de política: “Proporcionar aos docentes em serviço oportunidades de desenvolvimento de competências profissionais, predominantemente centradas na melhoria das práticas de ensino na sala de aula e de coordenação pedagógica na escola e com uma valência significativa de apoio tutorial.” No ponto 33. “Proporcionar oportunidades de formação aos professores em serviço nos diversos níveis e subsistemas de ensino, e não apenas no Ensino Primário e no ponto 34.3 Organizar programas de atualização de conhecimentos e de melhoria, ou aquisição de novas competências de prática docente. (Decreto Presidencial nº205/18, 2018).

Para finalizar foram analisados, a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (LBSE) nº32/20 de 12 de agosto e o Decreto Presidencial nº279/20 que aprova o Regime Jurídico da Formação Inicial de Educadores de Infância, de Professores do Ensino Primário e do Ensino Secundário. Na LBSE nº32/20, o governo alterou 35 artigos da Lei nº 17/16, de 7 de outubro de 2016, mas no que tange a formação contínua de professores nada foi alterado. Já o Decreto Presidencial nº279/20, resultado da revogação do Decreto Presidencial nº109/11, definiu as regras que devem obedecer a criação, a organização, o funcionamento e avaliação de todos os cursos de formação inicial para que sejam reconhecidos como habilitação para o exercício da profissão docente na educação pré-escolar, no ensino primário e no ensino secundário (Decreto Presidencial nº 279/20, 2020).

Com base na documentação analisada, entendeu-se que o Ministério da Educação desenvolveu programas, planos e projetos no domínio da formação contínua de professores do ensino primário no período entre 2001 e 2020 em parceria/cooperação com instituições privadas, internacionais e Organizações Não Governamentais (ONG) como, a Comunidade Europeia (CE), a Congregação dos Salesianos- Dom Bosco, o Conselho Norueguês dos Refugiados (CNR), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a UNICEF-ANGOLA, o Banco Africano do Desenvolvimento e o Fundo Africano do Desenvolvimento

(BAD/ FAD), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Banco Mundial (BM), a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), a Escola Superior de Setúbal, a Consultora *BIEF*, a Associação de Desenvolvimento de Povos para Povos (ADPP), a Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), a Fundação *OPEN SOCIETY INITIATIVE For Southern Africa (OSISA)* e a *Save The Children Dinamarca (SCD)* (Campos, 2005).

Neste âmbito, elaborou-se um quadro síntese dos programas, planos e projetos de formação contínua de professores do ensino primário, desenvolvidos em Angola entre 2001-2020.

Data (Período)	Projeto/Programa/Plano de formação	Instituição/Organização Internacional/ Organização Não- Governamental	Objetivos
2001-2005	Projeto dos Centros de Formação Local (CFL)	Ministério da Educação de Angola em cooperação com a Comunidade Europeia	Agregar pedagogicamente os professores sem qualificação profissional para a docência
2002	Curso de Completamento de Habilitações Académicas e Profissionais	Ministério da Educação e várias parcerias externas	Agregar pedagogicamente os professores sem qualificação profissional para a docência
2001-2002	Cursos de Teacher Emergency Package (TEP)	Ministério da Educação de Angola em parceria com o Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF) e o Conselho Norueguês Para os Refugiados (CNR)	Capacitação de professores para promover a inserção no ensino primário
2003-2004	Plano Nacional de Capacitação de Professores do 1º nível.	Ministério da Educação de Angola em parcerias com o Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF)	Capacitação de professores e de novos agentes do ensino primário sem habilitação profissional
2002	Projetos de Formação Contínua	Open Society for Southern e Africa (OSISA)	Capacitação de professores com a finalidade de apoiar e garantir o acesso à educação
2004	Programa Ongila	Associação para Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).	Capacitação de Professores do Ensino Primário
2005	Projeto Oficinas Pedagógicas	Associação para o Desenvolvimento dos Povos para Povos (ADPP).	Capacitação de professores do Ensino primário com a finalidade de apoiar na valorização da aprendizagem
2002-2003	Projeto de Formação Contínua	International Save the Children Aliance / Dinamarca	Capacitação de professores do ensino primário em serviço

2004-2011	Programa de Círculos de Estudos dos Materiais Pedagógicos da Reforma Educativa	Ministério da Educação de Angola	Formar os professores do ensino primário para a implantação da Reforma Educativa
2004	Projeto de Formação Contínua	União Europeia	Formação de professores do ensino primário em serviço
2005-2006	Projeto Educação II	Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD)	Qualificar Professores em Serviço para a Reforma Educativa
2005	Projeto de Formação Contínua	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO)	Formar professores recém-admitidos em zonas carenciadas
2008-2015	Plano Mestre de Formação de Professores (PMFP)	Ministério da Educação de Angola e o apoio técnico e financeiro do Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF) e a Consultora BIEFE	Formar professores com competências específicas
2018-2019	Projeto de Capacitação de Professores Primários (CAPRI)	Ministério da Educação de Angola	Capacitação de professores do ensino primário por meio da nova metodologia “Ensinar a Ensinar”
2014-2020	Projeto de Aprendizagem para Todos (PAT)	Ministério da Educação de Angola e apoio técnico da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) e apoio financeiro do Banco Mundial (BM)	Formação de professores do ensino primário com a finalidade de capacitá-los em Matemática e Língua Portuguesa

Fonte: Autoria própria

ABORDAGEM DAS QUESTÕES METODOLÓGICAS

Para conduzir este estudo optou-se por desenvolver uma pesquisa de natureza qualitativa fundamentada no paradigma fenomenológico-interpretativo. Esta metodologia decorre das heterogêneas praxes metodológicas e epistemológicas das ciências sociais, aqui adotadas no âmbito da investigação educacional. Segundo Afonso (2005) a pesquisa qualitativa é naturalista por estudar o fenómeno no seu natural, não envolvendo a manipulação de variáveis, nem tratamentos experimentais e assim contrapondo-se aos métodos de pesquisa quantitativos que fragmentam as realidades. Assim pode-se afirmar que a investigação qualitativa é uma perspetiva multimetodológica que envolve uma abordagem interpretativa e naturalista do sujeito de análise” (Denzin & Lincoln, 1994, p.2).

No desenvolvimento deste estudo, foram utilizadas técnicas de recolha de dados tradicionalmente ligadas à investigação naturalista, nomeadamente a pesquisa arquivística/documental e a entrevista. Para o tratamento das informações recolhidas foi utilizada a análise de conteúdos. Neste sentido foram elaborados instrumentos de recolha e tratamento

de dados como guião de entrevista, grelha de análise documental e grelha de análise de conteúdo da entrevista.

Neste estudo a pesquisa arquivística/documental foi utilizada para a análise de documentos oficiais e públicos nomeadamente legislação, planos de ação, relatórios, programas e projetos. O corpus documental serviu de alicerce para perceber o cruzamento de dados interessantes e verificar que entre 2001-2020, foram propostos um número mais elevado de projetos de formação, do que nos anos seguintes. Este facto pode estar ligado a preparação para a implementação da Reforma Educativa, tendo em conta que foi o ano em que foi aprovada a primeira Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (LBSE) nº13/01 em 31 de dezembro de 2001.

APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Para a interpretação dos resultados obtidos neste estudo foi necessário realizar uma discussão em torno dos dois eixos de análise complementares e inter-relacionados, a formulação e a legitimação. O primeiro eixo teve como objetivo compreender a formulação das políticas de formação contínua de professores de ensino primário em Angola entre os anos de 2001-2020 e o segundo eixo teve a finalidade de entender como ocorreu o processo de legitimação das políticas de formação contínua de professores de ensino primário em Angola neste período.

Para analisar este trabalho o modelo analítico escolhido foi a síntese da análise de políticas públicas proposta por Hassenteufel. Nesta síntese as políticas públicas podem ser analisadas a partir de três componentes de uma política pública que são as ferramentas de políticas públicas, os instrumentos de ação e o público. Nesta perspetiva optou-se por utilizar as duas primeiras componentes, que são ferramentas de políticas e instrumentos de ação e suas respetivas questões: “Porquê uma política é implementada? e Como agem os atores implicados?”. E por último as duas sequências, designadamente “definição do problema em agenda e tomada de decisão” (Pires, 2012, p.243).

Segundo os dados apurados, a formulação das políticas de formação contínua de professores entre os anos de 2001 a 2020, foram concebidas e materializadas pelo governo de Angola sob a responsabilidade do Ministério da Educação em parceria e protocolos de instituições internacionais e Organizações não Governamentais (ONG), com a finalidade de responder as orientações e de assegurar as recomendações dos Fóruns e Conferências Internacionais e Regionais da África Austral no domínio da Educação, como as recomendações do Decénio Africano da Educação, instituído pela Organização de União Africana (OUA), o Quadro de Ação do Fórum Mundial sobre Educação Para Todos e o Decénio das Nações Unidas de Alfabetização Para Todos, cujo os compromissos se estenderam até o ano de 2015 (Ministério da Educação, 2014) e os compromissos assumidos no Quadro da Agendas 2030 das Nações Unidas e da Agenda 2063 da União

Africana (Governo de Angola, 2018).

No entanto, para levar a cabo as orientações e assegurar as recomendações internacionais, tornou-se necessário identificar, definir e inscrever um problema em agenda. O principal problema identificado foi a falta de professores para lecionar o Ensino Primário e falta de qualificação dos professores em serviço sentidas desde a independência do país (INIDE, 2013). Naquela altura a nacionalização do ensino e a imagem gerada pelo referencial das políticas públicas vigentes colocavam o professor como um combatente da linha da frente, um disseminador de conhecimentos e de ideologia política (Paxe, 2014).

Para legitimar os processos de formação contínua de professores do ensino primário em Angola entre os anos de 2001-2020, foram concebidos e materializados projetos de formação contínua de iniciativa pública ou em parceria/cooperação com instituições privadas e internacionais, programas e projetos de formação contínua desenvolvidos pelas Organizações Não Governamentais (ONG) e os projetos desenvolvidos a partir do período da implementação da Reforma Educativa. As principais características destes novos projetos giravam em torno da adaptação às exigências da Reforma Educativa no que tange a implementação do regime de monodocência da 1^a e a 6^a classe como também ao novo Plano Nacional de Formação de Quadros. O objetivo central das formações era capacitar os professores de modo que sejam capazes de atender os novos horizontes educativos definidos nas Leis de Base do Sistema de Ensino, n^o17/16 e 32/20.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese o sistema de educação e ensino em Angola, passou por inúmeras alterações e mudanças no que toca as políticas de educação, sendo que a formação contínua de professores esteve sempre em evidência. Nesta ordem de ideias os referenciais políticos pressupõem, exigências em relação ao desempenho do professor (formação, especialização, perícia técnica, qualidade, eficácia, empenho), visando o alargamento de seu campo de intervenção e intensificação do seu trabalho (alunos, família, comunidade, ensino, gestão, inovação, ação social e desenvolvimento local) (Barroso, 2006).

No que tange a formação contínua de professores do ensino primário, foram identificados problemas dignos de ação, que afetam os cidadãos e que necessitavam de uma resposta por parte do Estado, o que fomentou um leque de medidas educativas que originaram uma série de projetos, planos e programas que tinham como objetivo central capacitar, aperfeiçoar e qualificar professores. Contudo a realização destes projetos não se tratou de uma decisão isolada, mas sim de um conjunto de decisões. O que vai de encontro com (Rua, 2009, p. 34) que ratifica que “nem toda decisão política constitui uma política pública, mas uma política pública pode implicar uma decisão política”. Entretanto por esta ordem de ideias no que tange a formulação da política de formação de professores do ensino primário em Angola, segundo os dados apurados, as políticas de formação contínua

de professores do ensino primário não estão legisladas no país, existem sim projetos de formação específica para o ensino primário.

Neste estudo entendeu-se que a falta da formulação de uma política específica para a formação contínua de professores do ensino primário deu lugar a programas, planos e projetos com um referencial ligado à capacitação e ao desenvolvimento profissional do docente. Estes programas legitimaram as medidas educativas de forma a viabilizar e suprir a necessidade de formar e capacitar professores do ensino primário aligeiramente, não havendo, portanto, uma legislação específica para este fim. Nesta perspetiva as exigências no quadro da Reforma Educativa especificamente no que diz respeito à formação contínua de professores do ensino primário era de desenvolver programas, projetos e planos que resgatasse a imagem do docente como um intelectual, um técnico pedagógico e um profissional que exprime as competências necessárias para a prática docente.

REFERÊNCIAS

Afonso, N. (2014). *Investigação Naturalista em Educação Um guia prático e crítico*. Fundação Manuel Leão: V. N. Gaia.

Angola, (1986). *Relatório de Balanço do Trabalho Realizado pelo Grupo de Prognóstico do Ministério da Educação da República Popular de Angola do Mês de Março ao Mês de Julho de 1986*. Luanda: Ministério da Educação.

Angola, (2001). *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015)*. Luanda: Ministério da Educação e Cultura.

Angola, (2019). *Educação Para Todos. Projeto Aprendizagem para Todos*. Boletim Informativo. Genuine Adding. Luanda: Ministério da Educação.

Paris: PUF

Angola, (s/d). *Projeto Aprendizagem para Todos. 1ª Parte: janeiro de 2014 a março de 2020*. Luanda: Ministério da Educação.

Angola, (s/d). *Capacitação para Professores Primários. Ensinar a Ensinar*. Luanda: Ministério da Educação.

Angola, (2001). *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015)*. Luanda: Ministério da Educação e Cultura.

Barroso, J. (2003). *Regulação e desregulação nas políticas públicas: tendências emergentes em estudos de educação comparada*. In: Barroso, J. (2003). *A escola pública: regulação, desregulação, privatização*. Porto: Edições ASA.

Barroso, J. (2005). *O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas*. In: Educação & Sociedade. Revista de Ciências da Educação. Campinas (Brasil): Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), vol. 26, nº 9.

Campos, B. (2005). *Estratégia para o Desenvolvimento Profissional de Professores do Ensino Primário em Angola*. Projeto de Assistência Técnica à Formação Contínua do Ensino Primário. Angola. Projeto 7. ACP.ANG.083: Componente 3 - CESO CI.

Denzin N.; Lincoln, Y. (1994). *Handbook of qualitative research*. Califónia: Sage.

Eduardo, P. (2019). *Políticas Públicas de Educação e Formação Profissional Inicial e Contínua em Angola*. Lisboa: Dissertação de Mestrado. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Ferreira, N. (2003). *Formação Continuada e Gestão da Educação*. São Paulo, Brasil: Cortez Editora.

Gorzoni, A. & Davis, C. (2017). *O conceito de profissionalidade docente nos estudos mais recentes*. Cadernos de Pesquisa v.47 n.166 pp.1396-1413.

Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (2009). *Currículo de Formação de Professores do Pré-Escolar e do Ensino Primário – Reforma Curricular*. Luanda: INIDE. Educação 2001-2015.

Julião, A. (2019). *A extensão da Unidocência no ensino primário em Angola: Implicações para a Qualidade de Ensino*. Educação. Angola: Unisinos V. 23 nº.3.

Kebanguilako, D. (2016). *A Educação em Angola: Sistema Educativo, Políticas Públicas e os Processos de Hegemonização e Homogeneização Política na Primeira República: 1975-1992*. Brasil: Tese de Doutoramento. Universidade Federal da Bahia.

Muller, P. (2005). *Esquisse d'une theories du changement dans l'action publique: structures, acteurs et cadres cognitifs*. Paris: Revue Française de Science Politique. v. 55, n. 1, pp. 155-187.

Muller, P. (2004a). *Les Politiques Publiques*. Paris: PUF. 4ª. ed.

Nóvoa, A. (2002). *Formação de Professores e Trabalho Pedagógico*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Lisboa. Lisboa: EDUCA.

Zau, F. (2005). *O Professor do Ensino Primário e o Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Angola (Uma Visão Prospetiva)*. Lisboa: Tese de Doutoramento em Ciências da Educação da Universidade Aberta.

Legislação angolana

Lei N. °13/01, de 31 de dezembro. Diário da República. Aprova a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Luanda. Angola.

Decreto Presidencial n.º 109/11, de 26 de maio. Diário da República. Aprova o Estatuto do Subsistema de Formação de Professores. Luanda. Angola.

Lei nº 17/16, de 07 de outubro. Diário da República. Aprova a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Luanda.

Lei nº32/20, de 12 de Agosto. Diário da República. Aprova a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Luanda. Angola.

Diário da República. Aprova o Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal docente. Luanda. Angola.

Decreto Presidencial nº 273/20, de 21 de outubro. Diário da República. Aprova o Regime Jurídico da Formação Inicial de Educadores de Infância, de Professores do Ensino Primário e de Professores do Ensino Secundário. Luanda. Angola.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Apropriação cultural 1, 2, 3, 4, 9, 10, 13

C

Capacitação de professores 35, 36

Capacitação técnica 42

Ciência 11, 14, 17, 18, 19, 22, 23, 28, 29, 31, 35, 36

Criações 4, 12

Cultura 3, 4, 11, 12, 19, 20, 22, 25, 27, 28, 29, 32, 35, 36, 39

D

Desenvolvimento tecnológico 2

Direito 1, 2, 4, 5, 6, 9, 10, 12, 26, 31, 49

Discriminação racial 15, 17, 28

E

Educação 11, 15, 18, 20, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 49

Ensino 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 49

F

Formação contínua 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40

Formação de professores 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 40

I

Inovação 1, 2, 38

Invenções 2, 4, 12

M

Marca 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 24

Materiais didáticos 44, 47

Medidas educativas 38, 39

N

Negritude 14, 25, 29

P

Pesquisa 2, 11, 14, 15, 18, 19, 23, 29, 30, 36, 37, 40, 44

Pesquisadoras negras 14, 19, 22, 27
Pesquisadores negros 14, 19, 22, 27
Políticas educativas 30
Políticas públicas 30, 37, 38, 39, 40
Prática docente 34, 39
Práticas de fabricação 42, 44, 45, 47
Práticas higiênicas 42, 43, 45, 46, 47
Produção acadêmica 14, 15, 16, 18, 27, 29
Produção de queijo maturado 42, 46
Produção de saberes 19
Produtores de queijos artesanais 42, 44
Profissionalidade docente 30, 40
Propriedade cultural 1, 2
Propriedade intelectual 1, 2, 3, 4, 9, 10, 12, 13
Proteção 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 45

Q

Qualidade do leite 42, 43, 44, 45, 46
Qualidade microbiológica 42, 46, 47
Qualificação profissional 35
Química 14, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29

R

Racismo estrutural 19, 24, 25, 27
Reformas educativas 31
Registro de marca 1, 7, 12

S

Segurança alimentar 42
Segurança sanitária 43
Sistema de educação 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40

T

Tecnologia 1, 3, 4, 10, 23, 24, 31, 42, 44, 45, 47, 48
Terminologias africanas 1
Tradições culturais 10, 11

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Políticas públicas

para ciência, tecnologia e inovação 3



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Políticas públicas

para ciência, tecnologia e inovação 3

